

- Cada um dos itens da prova de verificação de aprendizagem está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.
- Os itens desta prova deverão ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

-- PROVA DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM --

Julgue os itens a seguir, relativos a direitos humanos.

- 1 Pela característica da indivisibilidade, os direitos humanos são imperativos, não podendo ser derogados pela vontade da pessoa humana ou dos órgãos estatais.
- 2 Quando uma pessoa é presa, ela deve ser informada de seu direito de permanecer calada, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- 3 Os direitos de terceira geração transcendem aos Estados, sendo de toda a humanidade, independentemente de território e do povo que o ocupa.
- 4 Se um tratado ou convenção internacional sobre direitos humanos for aprovado no Congresso Nacional, ele será considerado equivalente a emenda constitucional, independentemente do quórum de aprovação.

Com base na legislação aplicada à PCDF, julgue os itens seguintes.

- 5 Aos que ingressarem atualmente como servidores da PCDF, sem qualquer vínculo anterior com o serviço público, será garantida a integralidade do provento de aposentadoria, ou seja, provento igual ao último salário recebido pelo servidor na ativa.
- 6 O Fundo Constitucional do Distrito Federal foi instituído com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja redação original já previa que o Distrito Federal executaria seus serviços públicos por meio de fundo próprio.
- 7 A PCDF inclui-se no rol das competências legislativas privativas da União previsto na Constituição Federal de 1988.
- 8 De acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal, as polícias de natureza civil integram o Sistema de Defesa do Estado e Instituições Democráticas, não podendo o serviço prestado por elas ser interrompido ou diminuído.

Julgue os seguintes itens, relativos à segurança orgânica.

- 9 Em razão do princípio da amplitude, o acesso a conhecimentos sigilosos deve ser disponibilizado a todos os integrantes da instituição que possuam credencial de segurança, independentemente da necessidade funcional de acesso.
- 10 A atividade de inteligência policial judiciária possui natureza eminentemente probatória, razão por que seus conhecimentos devem necessariamente ser produzidos em documentos públicos destinados ao contraditório judicial.
- 11 A segurança orgânica estabelece medidas destinadas à proteção de pessoal, de documentação, instalações, comunicações, telemática e operações, constituindo segmento preventivo da contra-inteligência, voltado à salvaguarda dos ativos institucionais da PCDF.

- 12 No âmbito da estrutura organizacional da PCDF, compete à Divisão de Inteligência Policial (DIPO) realizar, na forma da lei e com exclusividade, o gerenciamento, fiscalização, suporte técnico e apoio na execução de quebras de sigilo telefônico e telemático, de interceptações de comunicações telefônicas, ambientais e em sistemas de informática e telemática, para prova na instrução criminal e processual penal.

Em relação ao sistema de segurança pública e estrutura da PCDF, julgue os próximos itens.

- 13 O Departamento de Polícia Técnica (DPT), embora responsável pela produção da prova técnico-científica, não possui atribuição relacionada à salvaguarda de vestígios criminais, incumbência atribuída ao Departamento de Atividades Especiais.
- 14 De acordo com o Regimento Interno da PCDF, a função de polícia judiciária compreende, entre outras atribuições, a realização de diligências para apuração de infrações penais e atos infracionais e a definição sobre a autuação da prisão em flagrante e a concessão de fiança.
- 15 A indivisibilidade da investigação policial e a prevalência da competência territorial na atuação policial são, respectivamente, um princípio institucional e uma diretriz de atuação da PCDF previstos no regimento interno da instituição.
- 16 No âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), os institutos oficiais de criminalística, medicina legal e identificação são classificados como integrantes estratégicos, juntamente com os conselhos de segurança pública e defesa social dos entes federativos.

Julgue os itens que se seguem, relativos a sistemas de informação e mecanismos de segurança.

- 17 As mudanças de perfis para o acesso a sistemas de informação e arquivos corporativos na PCDF prescindem de autorização formal do gestor da área, mas requerem protocolização junto ao setor de tecnologia da informação.
- 18 Informação refere-se a fatos brutos, sem qualquer organização ou arranjo.
- 19 As ameaças classificadas como invenção referem-se à situação na qual são gerados dados ou atividades adicionais que normalmente não existiriam.
- 20 O pilar da autenticidade visa evitar ou detectar modificação não autorizada de informações ou de mensagens.
- 21 O pilar da confidencialidade tem por objetivo a proteção contra acessos não autorizados a dados e a informações.
- 22 A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais pode ser aplicada no tratamento de informações dos dados sensíveis de clientes e usuários dos serviços ou produtos da PCDF.

Julgue os itens a seguir, referentes à estrutura tecnológica da PCDF.

- 23 Na tela Antecedentes do sistema PROCED, é possível obter informações sobre a filiação e o recolhimento do envolvido.
- 24 O acesso à intranet da PCDF pode ser realizado tanto por meio da rede da corporação quanto mediante acesso externo.
- 25 No módulo Envolvidos do PROCED, caso se insira, no campo Nome, o termo %JAIR SILVA, a pesquisa retornará todos os cadastrados que começam com o nome Jair.
- 26 Por meio do portal na Internet da PCDF, o cidadão pode acessar sistemas de interesse público como Delegacia Eletrônica e Antecedentes Criminais.
- 27 O cadastro de um mandado de condução coercitiva de menores está entre os procedimentos policiais a que se destina o sistema PROCED, utilizado por toda a PCDF.
- 28 O sistema PROCED fornece as informações dos mandados de prisão ao Sistema Nacional do Ministério da Justiça (INFOSEG).

No que diz respeito ao Sistema de Ocorrências Policiais (MILLENIUM) e ao sistema Delegacia Eletrônica, julgue os itens subsequentes.

- 29 O cidadão pode registrar, na Delegacia Eletrônica, ocorrências como ofensas raciais, maus tratos de animais, roubo e lesão corporal, entre outras.
- 30 A ocorrência registrada na Delegacia Eletrônica somente será disponibilizada para impressão após ser analisada por um policial civil, desde que não sejam observadas restrições de registro.
- 31 O acesso às ocorrências policiais no sistema MILLENIUM requer um intervalo mínimo de 10 minutos a partir do seu registro.
- 32 O acesso ao MILLENIUM prescinde de cadastramento do servidor no sistema PROCED.

Considerando o Sistema de Controle de Denúncia (SCONDE) e o Sistema de Identificação Civil (SIIC), julgue os itens seguintes.

- 33 O SIIC permite a pesquisa tanto de pessoas com registro de identificação civil na PCDF quanto de pessoas com registro geral de outros estados.
- 34 As denúncias anônimas recebidas pelo Disque-Denúncia são cadastradas no SCONDE.

A respeito de radiocomunicação e de suas aplicações no âmbito da PCDF, julgue os itens subsecutivos.

- 35 O conhecido PTT, ou *push to talk*, traduzido, em português, como "aperte para falar", é o botão que ativa o microfone e o circuito de transmissão do rádio.
- 36 Urbanidade, precisão, rapidez e sigilo são atributos esperados nas comunicações via rádio.
- 37 O modo de comunicação duplex é bidirecional, ou seja, permite a transmissão em ambos os sentidos ("subida" e "descida") de forma simultânea.
- 38 As emissoras de FM são exemplos de transceptores, definidos como equipamentos capazes de transmitir os sinais de rádio, mas não de recebê-los no mesmo dispositivo.
- 39 Comumente utilizadas por equipes a pé, as estações móveis são transceptores menores, que podem ser transportados e manuseados em uma das mãos.
- 40 Em busca de maior estabilidade e segurança em suas comunicações, a PCDF vem substituindo gradativamente o sistema de radiocomunicação digital padrão tetra pelas estações de rádios analógicas.

No que concerne aos sistemas de telefonia utilizados na PCDF, julgue os itens a seguir.

- 41 Quando o interesse da comunicação for contatar uma pessoa específica e não um local, como o setor de uma empresa, por exemplo, o contato deve ser prioritariamente realizado por meio da telefonia fixa da instituição.
- 42 O uso dos sistemas institucionais para comunicações em serviço resguarda a segurança do policial e de sua família.
- 43 A fim de se preservarem os dados do usuário, o uso da telefonia móvel na PCDF não está sujeito a controles gerenciais remotos.

A respeito dos sistemas informatizados da PCDF, julgue os itens que se seguem.

- 44 A gestão das escalas de serviço e folhas de ponto da PCDF é realizada por meio do Sistema de Gestão Administrativa (SGA).
- 45 O sistema *web* DigIC – Laudos Digitais do Instituto de Criminalística permite o cadastramento das informações necessárias para a confecção de laudos criminalísticos por perito autorizado.

No que concerne a aspectos relacionados às técnicas de entrevista utilizadas na investigação criminal, julgue os itens a seguir.

- 46 A atenção direcionada de uma pessoa em uma cena de crime pode influenciar sua percepção dos fatos, fazendo que determinados elementos da dinâmica criminosa deixem de ser percebidos, circunstância diretamente relacionada ao estado emocional e à condição da pessoa perante o evento.
- 47 No âmbito da psicologia do testemunho e das técnicas de entrevista, é esperado que testemunhas e vítimas, por exemplo, apresentem interpretações e relatos distintos acerca do mesmo fato.
- 48 Nas investigações criminais, as técnicas de entrevista, em suas várias metodologias, devem ser utilizadas exclusivamente no âmbito de inquérito policial já instaurado pela autoridade policial, a exemplo do interrogatório do indiciado e das oitivas de testemunhas.
- 49 A percepção sensorial direta de determinado fato é suficiente para garantir a obtenção de conhecimento verdadeiro, imparcial e isento de distorções.
- 50 Os vieses cognitivos podem comprometer a obtenção de informações confiáveis, influenciando a interpretação dos fatos e a condução da entrevista, como ocorre, por exemplo, no viés da confirmação.

Acerca das técnicas, das finalidades e do planejamento da entrevista, julgue os itens a seguir.

- 51** A preparação prévia do entrevistador constitui etapa essencial no procedimento da entrevista, devendo este, entre outras providências, conhecer detalhadamente o fato delituoso investigado, as provas já produzidas e o perfil do entrevistado.
- 52** Considere que, no decorrer de uma oitiva formal, um escrivão de polícia tenha explicado à testemunha os objetivos da entrevista, permitido que ela realizasse relato livre dos fatos com as pausas necessárias, utilizado perguntas abertas e, ao final, realizado o fechamento da entrevista. Nessa situação, a conduta adotada pelo escrivão está em conformidade com as técnicas da entrevista cognitiva.
- 53** Na entrevista cognitiva, o entrevistador deve preencher eventuais lacunas durante o relato livre da testemunha, incluindo detalhes e interpretações, a fim de tornar a oitiva mais célere e objetiva.
- 54** No *rapport* aplicado às técnicas de entrevista, basta que o entrevistado desenvolva confiança no entrevistador, sendo desnecessária a criação de uma conexão recíproca de sintonia pelo entrevistador.

No que diz respeito aos princípios institucionais e atribuições da PCDF, julgue os itens a seguir.

- 55** A hierarquia e a disciplina funcionais, embora pilares da estrutura policial, são elencadas na Resolução n.º 01/2023 como diretrizes de atuação, visando à integração com os demais órgãos de segurança.
- 56** A resolução pacífica de conflitos e a excelência na apuração das infrações penais e nas funções de polícia judiciária são princípios institucionais da PCDF.

Em relação à atividade de investigação criminal, julgue os itens subsequentes.

- 57** O inquérito policial poderá ser iniciado por auto de prisão em flagrante, que deverá ser lavrado, em regra, logo após a apresentação do preso à autoridade policial.
- 58** O inquérito policial, o termo circunstanciado e o procedimento de apuração de ato infracional constituem a tríade instrumental de apuração das infrações penais no âmbito da PCDF.
- 59** Nos crimes em que a notícia da infração não foi coercitiva, a instauração de inquérito policial poderá ser feita mediante portaria ou por ofício, e, caso este seja requerido por promotor público, tal documento, em regra, servirá como a peça inicial do procedimento, o que torna dispensável a lavratura de portaria pela autoridade policial.

Em relação às atribuições do escrivão de polícia, julgue os itens que se seguem.

- 60** A condução do inquérito policial constitui atribuição ordinária tanto do delegado de polícia quanto do escrivão de polícia.
- 61** É facultado ao escrivão de polícia questionar ordens da autoridade policial referentes à custódia momentânea de presos em flagrante, uma vez que tal vigilância constitui ordem manifestamente ilegal por não estar incluída em suas atribuições típicas.
- 62** A designação do escrivão para lavrar auto de apreensão em diligência externa está em plena conformidade com suas atribuições legais.

No que concerne ao inquérito policial instaurado por portaria, julgue os próximos itens.

- 63** As apreensões serão formalizadas por auto de apresentação e apreensão, auto de arrecadação e auto de apreensão, que devem ser assinados unicamente pela autoridade policial e pelo apresentante, que se responsabilizarão pelos bens, objetos e documentos apreendidos.
- 64** Os requisitos da portaria de instauração de inquérito policial são: preâmbulo, relato sucinto do fato, indicação da fonte de conhecimento, tipificação penal e sua autoria, providências a serem adotadas, data e assinatura da autoridade.
- 65** O escrivão de polícia, desde que observada a utilização de técnicas e normativas para o depoimento especial, poderá realizar a inquirição de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, não sendo necessária habilitação em capacitação especial para a realização desse procedimento.
- 66** De acordo com o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, a criança e o adolescente nessa condição deverão ser ouvidos por meio de depoimento especial, com a utilização de técnicas e protocolos utilizados nacional e internacionalmente, resguardando-se a proteção integral e a redução de danos oriundos da revitimização desses indivíduos.
- 67** As inquirições serão formalizadas mediante termo de depoimento, para testemunhas compromissadas; termo de declarações, para ofendidos, suspeitos e situações indefinidas; e auto de qualificação e interrogatório, para indiciados.
- 68** A intimação, que consiste no chamamento formal das pessoas à unidade policial para a prática de atos do inquérito policial, deverá ser realizada por carta registrada ou por oficial de justiça, nunca por meio eletrônico.

No que diz respeito ao procedimento de auto de prisão em flagrante, julgue os seguintes itens.

- 69** A oitiva de cada pessoa participante do auto de prisão em flagrante será realizada em recinto defeso à presença dos demais, não podendo cada declarante tomar conhecimento das declarações dos que o antecederam, exceto nas hipóteses de vítimas comuns de uma mesma infração penal.
- 70** No prazo máximo de 24 horas após a lavratura do auto de prisão em flagrante, a autoridade policial deverá entregar ao conduzido, mediante recibo, a nota de culpa, com o motivo da prisão, nome do condutor e das testemunhas.
- 71** Em se tratando de prisão de advogado por crime cometido no exercício da profissão, a autoridade policial deverá comunicar imediatamente o fato à seccional da OAB, de forma que esta indique representante que acompanhará a lavratura do respectivo auto, sob pena de nulidade.
- 72** A prisão em flagrante de parlamentares federais, estaduais ou distritais apenas ocorrerá em caso de crime inafiançável, devendo a autoridade policial comunicar imediatamente a prisão ao tribunal competente e remeter uma via do auto de prisão em flagrante à respectiva casa legislativa para que esta decida sobre a prisão.
- 73** Os funcionários consulares poderão ser detidos ou presos por fatos relacionados ao exercício de suas funções, entretanto a autoridade policial não poderá representar ao Poder Judiciário pela decretação de qualquer das prisões provisórias, devendo o chefe da repartição consular ser imediatamente notificado.
- 74** Ocorrendo a prisão em flagrante de policial civil, a autoridade policial poderá solicitar a presença de um membro da respectiva instituição, preferencialmente de nível hierárquico idêntico ou superior ao do preso, para acompanhar a lavratura do auto.

Julgue os itens seguintes, relativos aos normativos internos da PCDF referentes aos crimes previstos na Lei Maria da Penha.

- 75** A Norma de Serviço n.º 001/2019-CGP implanta o protocolo de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como dos crimes contra a dignidade sexual, sob a perspectiva de gênero, nas delegacias de polícia e unidades do Departamento de Polícia Técnica.
- 76** A Norma de Serviço n.º 004/2017-CGP estabelece o protocolo de investigação e realização de perícias nos crimes de feminicídio no âmbito do Distrito Federal, que engloba, sob perspectiva conceitual, infrações penais dolosas contra a vida, ressalvando que o protocolo não será adotado em casos de desaparecimento, suicídio ou morte aparentemente acidental, independentemente das circunstâncias indicarem ou não motivação de gênero.

No que concerne à cadeia de custódia da prova, julgue os itens a seguir.

- 77** A PCDF dispõe de modelos de recipientes com lacres específicos, cuja utilização e manuseio são devidamente regidos por protocolos operacionais do serviço de guarda e custódia de vestígios, utilizados por todos os integrantes da PCDF.
- 78** A cadeia de custódia é o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento e descarte, e sua garantia é de responsabilidade exclusiva dos peritos oficiais.

Em relação ao processo judicial eletrônico e à movimentação e tramitação de autos na PCDF, julgue os seguintes itens.

- 79** A tramitação direta de procedimentos entre a PCDF e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios confere celeridade à tramitação processual, sobretudo quando relacionada à solicitação/concessão de prazo para a realização de diligências da atividade de investigação criminal, visto que ocorre sem qualquer intervenção ou regulamentação do Poder Judiciário.
- 80** A PCDF utiliza o programa PROCED.NET para remessa dos procedimentos policiais ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, sendo o escrivão de polícia seu principal usuário e mais comumente responsável por essa remessa.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito da formalização da investigação policial, das atribuições da Corregedoria-Geral de Polícia e das atribuições do escrivão de polícia no âmbito da PCDF.

- 81** Determinada delegacia de polícia civil é acionada para atendimento de ocorrência em que uma pessoa é encontrada morta em via pública, havendo indícios de eletrolessão como causa do óbito. Nessa situação, conforme a Norma de Serviço da PCDF, é obrigatória a instauração imediata de inquérito policial para apuração do fato.
- 82** No curso de certo inquérito policial, o delegado de polícia determinou ao escrivão de polícia que procedesse à tipificação penal dos fatos, ao indiciamento e ao interrogatório do indiciado, bem como que colhesse os depoimentos das testemunhas e vítimas. Nessa hipótese, a determinação do delegado foi correta, pois tais atos integram as atribuições do escrivão de polícia.
- 83** Um homem, maior de 18 anos, praticou crime de roubo em coautoria com um adolescente. Nesse caso, é obrigatória a instauração de procedimento de apuração de ato infracional (PAAI) pela delegacia da área onde ocorreu o delito, para a apuração da conduta do imputável penalmente e da do adolescente.
- 84** Uma requisição do Ministério Público determinou a instauração de procedimento de investigação, visando apurar crime cuja pena máxima é inferior a um ano de detenção. Nessa situação, o procedimento a ser formalizado será um termo circunstanciado.
- 85** Um cidadão compareceu à delegacia de polícia e apresentou ao escrivão uma decisão judicial em que se determinava o cancelamento, no sistema policial, dos registros de indiciamento decorrentes de inquérito policial arquivado. Nessa situação, o escrivão de polícia deve orientar o cidadão a apresentar a ordem judicial à Corregedoria-Geral de Polícia, especificamente à Divisão de Correição.

Acerca dos prazos dos procedimentos policiais, julgue os itens seguintes.

- 86** O termo circunstanciado de ocorrência tem prazo de conclusão de até 30 dias, segundo os ditames da Lei n.º 9.099/1995, que determina o encaminhamento imediato após a autoridade policial tomar conhecimento do fato.
- 87** No caso de inquérito policial instaurado por tráfico internacional de drogas, a ser distribuído para a Justiça Federal quando de sua conclusão, o prazo para a remessa do caderno apuratório devidamente concluído é de 15 dias.
- 88** Em caso de prisão temporária regularmente decretada, o prazo para a conclusão do inquérito policial é automaticamente o mesmo fixado na decisão judicial que tenha determinado a prisão provisória, não se aplicando o prazo legal de 10 dias previsto para hipóteses de prisão em flagrante ou preventiva.
- 89** Na hipótese de prisão temporária de indiciado pela prática de crime hediondo, o prazo da custódia provisória será de 30 dias, prorrogáveis por igual período.
- 90** No caso de indiciado preso, o prazo para a conclusão do inquérito policial é contado na forma do direito penal, incluído o dia do início e excluído o do vencimento, com antecipação para o primeiro dia útil anterior quando o termo final recair em final de semana ou feriado.

Acerca dos atos cartorários típicos das atribuições do cargo de escrivão de polícia, julgue os itens que se seguem.

- 91** Em caso de prisão em flagrante por crime de lavagem de dinheiro, com apreensão de vultosa quantia em moeda estrangeira, os valores apreendidos deverão ser encaminhados ao Banco do Brasil para conversão e depósito judicial, após autorização do juiz competente, mediante representação do delegado de polícia.
- 92** Se, em diligência realizada pela delegacia especializada, forem apreendidos cães submetidos a maus-tratos, os animais deverão ser recolhidos e mantidos em canil próprio da Polícia Civil até a sua plena recuperação e posterior adoção.
- 93** Suponha que, durante diligência realizada em um supermercado por equipe da Delegacia do Consumidor, tenha sido constatada a presença de grande quantidade de carne de frango vencida exposta à venda. Nessa situação, os produtos perecíveis apreendidos devem ser encaminhados à Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal (DIPOVA/SEAGRI-DF), responsável pela coleta de amostras para exame pericial e pela destinação adequada dos itens.
- 94** Considere que a autoridade policial, durante atuação em local de homicídio, recolha, após o exame da equipe de perícia de local, uma faca encontrada ao lado do cadáver. Nessa situação, caberá ao escrivão de polícia proceder à apreensão do objeto, lavrando o respectivo auto de apreensão.

Acerca da cadeia de custódia que garante a idoneidade e a legalidade da prova material, bem como dos sistemas policiais informatizados que auxiliam na atuação investigativa, julgue os itens subsequentes.

- 95** Todos os acessos, inserções de dados e pesquisas realizadas nos sistemas informatizados da PCDF são controlados mediante registros de *logs*, que podem, a qualquer tempo, ser consultados pelo departamento responsável pela gestão da informação (DGI).
- 96** No caso de um registro de ocorrência policial no âmbito de qualquer delegacia de polícia civil do Distrito Federal, o sistema a ser utilizado para gerar a ocorrência, inserir dados das partes envolvidas e acompanhar a solicitação de perícia é denominado Sistema de Protocolo.
- 97** A violação da cadeia de custódia implica, de forma absoluta, a inadmissibilidade ou a nulidade da prova material colhida no âmbito de uma investigação criminal.
- 98** Ao formalizar um auto de prisão em flagrante para realizar o tombamento do procedimento e a devida comunicação ao Poder Judiciário, bem como demais encaminhamentos, deverá o escrivão de polícia utilizar o sistema denominado Cartório.Net.

No que concerne aos procedimentos aplicados em caso de apreensão de entorpecentes e às etapas da cadeia de custódia, julgue os itens a seguir.

- 99** A cadeia de custódia destinada a garantir integridade e rastreabilidade de um vestígio compreende as etapas de reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento, transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte.
- 100** Os entorpecentes apreendidos no âmbito do inquérito policial, após a elaboração dos competentes laudos periciais pelo Instituto de Criminalística, serão encaminhados devidamente embalados e custodiados a depósito judicial próprio para fins de incineração.

Espaço livre